

análise

O mistério das urnas

Tudo leva a crer que Duda Mendonça – o grande marqueteiro de Lula em 2002, e de Marta Suplicy e de vários outros candidatos petistas nas eleições de 2004 – foi preso numa rinha de galos no Rio, nas vésperas da derrota de Marta em São Paulo, numa espécie de armação política. A polícia chegou ao local, conhecido há mais de uma década, com o propósito de fazer o flagrante para os jornais. A foto da página ao lado é um desses flagrantes, onde Duda aparece com o rosto encoberto.

No Ponto de Vista de abertura desta revista, sugerimos que o PT tomasse a prisão, não como esse fato político que citamos, mas como um símbolo, uma advertência, como que vinda dos deuses da política: eles estariam dizendo que a prisão de Duda é um sinal de que o PT errou de caminho; que exagerou na fórmula de 2002 e tentou ganhar as de 2004 com uma dose cavalgar de dinheiro e marketing; e que deve reiniciar sua caminhada, tendo como base o esforço de mobilização popular, o único sobre o qual se pode construir um Brasil novo, com uma nova democracia.

É uma opinião. Mas não é a única, evidentemente. Neste caderno, apresentamos por exemplo, a opinião do ministro da Articulação Política do governo, Aldo Rebelo, que diz exatamente que as eleições não representam interrupção alguma no movimento de avanço político que o país experimenta há anos, tendo o PT do presidente Lula e o PCdoB, do ministro, como as forças de liderança mais destacadas. Para ele, há problemas, como por exemplo o dos conservadores que querem fechar o sistema partidário brasileiro numa camisa de força de um bipartidarismo extemporâneo. Mas é possível resolvê-los e o país está no bom caminho.

Mais três opiniões, neste caderno, buscam decifrar o mistério dos resultados eleitorais deste ano. São as de: 1) Chico de Oliveira, que discute principalmente os resultados de Porto Alegre e de São Paulo, e os vê como emblemáticos do desencanto de parcelas amplas das classes médias com a política econômica conservadora do governo Lula; 2) Luiz Marcos Gomes, que parte dos resultados das eleições mineiras e vê um processo de despolitização, de eleições ralas que, a seu ver, não fizeram mais do que escolher os gerentes da enorme crise social que se acumula nos nossos grandes centros urbanos; e 3) César Benjamin, o mais pessimista, para quem o PT no poder se transformou numa “esquerda de negócios”, que destruiu a militância política e necessita “cada vez mais”, de “mídia e dinheiro”, que “só a classe dominante pode lhe dar”.

A asa negra do presidente

Foi erro elementar chamar Lula para participar da campanha, porque ele tirou do PT votos das frações mais importantes das classes médias

Francisco de Oliveira

O PT perdeu as eleições em duas das mais importantes capitais brasileiras, São Paulo e Porto Alegre. A primeira, por sua inegável centralidade na economia, sociedade e política nacionais – não à tona, os dois principais partidos hoje nacionais são “paulistas” de origem – e a segunda pela sua qualidade exemplar do “outro mundo que é possível”, administrada pela sigla petista há 16 anos.

Na primeira Marta Suplicy tentou a reeleição, e na segunda o PT foi à luta com Raul Pont, que os amigos chamam Cachorrão, pela sua aguerrida militância. Pouco têm em comum: Marta é a fração burguesa do PT, enquanto Pont mantém-se no campo socialista sem vacilações.

Marta realizou uma administração para além de razoável, embora seja verdade que a maior parte da política social que executou – e bem, pois ganhou nas chamadas “periferias” – inscreva-se na pauta da funcionalização da pobreza. Pont havia sido prefeito e foi com ele que o Fórum Social Mundial ancorou na capital gaúcha. Mas por que perderam a eleição? É a asa negra do governo Lula que se projetou sobre eles, fazendo com que perdessem os votos de parcelas importantes das classes médias, que têm enorme importância no cômputo dos votos e não menor na formação da opinião pública.

Reparados os votos, Marta perdeu feio nos bairros que, grosso modo, são residência de amplos setores das classes médias - no plural, pois elas são muito heterogêneas. Uma fração desimportante numericamente – das dondocas que batem pernas nos shoppings gráfinos da cidade – rejeitou Marta por considerá-la uma “traidora da classe”. Aqui Marta perdeu em toda a linha. Mas outras frações, liberais e também mais à esquerda, a rejeitaram porque foram à forra contra a política do Lula. Assim, foi erro elementar chamar Lula para participar da campanha, porque ele tirou votos das frações mais importantes das classes médias paulistanas. A aliança com Paulo Maluf não rendeu nada: os redutos tradicionalmente malufistas, que não são os mais pobres da cidade, votaram majoritariamente em Serra, pois a história desses setores sociais sempre colidiu frontalmente com as das classes que fizeram o PT. São xenófobas, são machistas, racistas e anti-nordestinos. Noutras condições histórico-sociais, seriam fascistas.

Raul pagou também este preço, porque foi ali mesmo em Porto Alegre, no Fórum de 2003, que Lula anunciou que iria a Davos, e porque sua política econômica irrita o eleitorado de esquerda, que está passando da decepção à cobrança dos erros do PT e do presidente.

Eleição federalizada Só o chamado “núcleo duro” do PT e o presidente não perceberam que havia no ar uma “luizianização” das eleições. Confortados por algumas vitórias, e pela expansão do PT em alguns grotões, acreditaram que os resultados do primeiro turno confirmavam o acerto

da virada à direita. Ali onde o velho PT de guerra rebelou-se, ocorreu a “luizianização” a começar pela própria capital cearense, e bem reparado também em Salvador, onde Pellegrino não passou ao segundo turno por escassos 3 mil votos. João Henrique beneficiou-se do ostensivo anti-carlismo. A capital bahiana já estava cansada do cacique Antônio Carlos Magalhães, que sofreu a derrota mais estrondosa de todas as eleições municipais: João Henrique venceu com 75% dos votos. O voto anti-carlista desaguardaria inevitavelmente no PT, apesar de que Pellegrino não conseguiu deslanchar no primeiro turno, desgastado pelo seu papel de liderança do PT que tratorou aposentados dos serviços públicos na malfadada reforma da previdência. Mas mesmo assim, os petistas estavam dispostos a esquecer, para derrotar ACM, como ajudaram a fazer.

Queiram ou não, a eleição municipal federalizou-se. Para não falar do Rio, onde Lula faturou uns 80% de votos na eleição de 2002, e a candidatura do PT não passou de um humilhante quinto lugar, também para não esquecer que Jorge Bittar foi o relator do Orçamento no primeiro ano Lula, cortando impiedosamente verbas para os gastos sociais, que repercutiram gravemente numa cidade que há muito vem se esvaziando de atividades econômicas de ponta. As políticas de aliança promovidas pela direção nacional do PT emascularam o vigor do PT carioca, que tornou-se uma força política irrelevante na paisagem de nossa mais bela cidade.



São lições que deveriam ser aprendidas, em lugar da euforia pelo crescimento quantitativo do PT, campeão dos votos nessas eleições municipais – drogas também produzem euforia. Mesmo para quem já considera o “ciclo PT” encerrado, o que está à vista e que essas eleições confirmam é a desimportância das siglas partidárias que, com isso, desmoralizam a política. O PT trouxe inovações e renovações para a política, e deu notáveis contribuições à redemocratização do país. Mas acabou-se a surpresa. Logo após as eleições de 2002, em entrevista à *Folha de S.Paulo*, vaticinei que a eleição do Lula, que chamei a quarta refundação do Brasil, embora um ponto de não-retorno, poderia ter um desdobramento conservador, como o tiveram a República, a Abolição e a Revolução de Trinta. Foi o que ocorreu.

“É dando que se recebe” A salada de coligações e coalizões confirma a desimportância do sistema partidário brasileiro. Já não representam nada, nem ninguém. E quando mudam de lado, o eleitor as desobedece. Como confirmaram os eleitores de Paulo Maluf, que não acompanharam o decadente demagogo que apoiou Marta. Observe-se no nível mais amplo as alianças em praticamente todos os municípios: não há a menor coerência programática ou com a história da formação dos partidos. É tudo *ad hoc*, dependendo dos interesses locais, e muitas vezes subordinados aos favores e ao “é dando que se recebe” que parte das esferas federal e estaduais. Encontram-se socialistas abraçados com malufistas, pefelistas em aliança com petistas – César Maia ajudou em Nova Iguaçu o candidato do PT, Lindberg Farias, que proclamou que ficou devendo a vitória ao “caudilho” carioca – enfim, misturas para todos os (des)gostos.

De onde vem essa crise da representação, que é substituída pelos mil pedaços da multidão de siglas, que espelham apenas a fragmentação política que ocorre num espaço econômico que, se é cada vez mais homogêneo do ponto de vista da reprodução do capital, fragmenta-se em simulacros de classes e setores sociais? Que política pode traduzir os milhões de trabalhadores “informais”, quase 60% da População Econômica Ativa brasileira, os desempregados que pelo DIEESE em todo o Brasil vai de 25% em Salvador, a 20% em Recife, 17% no Rio e 18% em São Paulo? Que representação de classe resistiria? Por isso, o próprio PT já não representa aquilo que seu nome diz, os trabalhadores. Os resultados das eleições municipais mostram que essa relação não se mantém: Vicentinho, ex-presidente da CUT, uma espécie de “operário exemplar” foi derrotado em São Bernardo, com o explícito apoio e apelo de Lula, também ex-sindicalista do ABC. Paulinho Pereira da Silva, líder da poderosa Força Sindical, que tem em São Paulo 700 mil trabalhadores, amargou um vergonhoso quinto lugar, com uma quantidade de votos que não chegou a um décimo do seu pretenso eleitorado.

Mesmo o tucanato que se pretende representante do grande empresariado, sem dizê-lo explicitamente, escondendo-se sob a capa de “moderno”, pode dizer que de fato o representa? A reviravolta que processou nas estruturas da propriedade privada no Brasil, com as poderosas privatizações que promoveu, não tornou o PSDB mais confiável à grande burguesia, a não ser nos regabofes que seu líder maior, FHC, promove para recolher doações para o instituto do seu Ego. E do PFL tampouco pode se dizer: qual o grande capital que aposta suas fichas num partido de caciques, o maior dos quais sofreu agora humilhante derrota. Bem reparado, há só uma agremiação política que mantém relações “orgânicas” com suas bases, e por estranho que pareça, esta é o Partido Liberal, cujas bases são... os evangélicos. Há maior contradição? Nem Weber afirmaria que há aí uma “afinidade eletiva” entre o protestantismo e o espírito do capitalismo.

Incoerência programática As eleições municipais revelaram, por outro lado, uma inversão da tendência modernizadora que olhava para o futuro. Particularmente no PT. Nasceu do sindicalismo que ensaiou uma formidável mudança nas relações capital-trabalho a partir do ABC paulista, conseguindo transformar em força política as intransigentes exigências éticas da Teologia da Libertação expressas pelas comunidades de base, aproveitando o ímpeto transformador da esquerda que foi à luta armada, devastada pela repressão, o PT espalhou-se do centro desenvolvido para todas as demais regiões brasileiras.

Agora, dá-se o contrário. O partido nacionalizou-se, chegando até os chamados grotões, que se dizia eram seu calcanhar de Aquiles. Mas o resultado é o inverso: vence nos grotões e perde nos principais centros urbanos. Não se trata aqui de preconceito contra as regiões pobres em que o PT venceu nas recentes eleições municipais.

Trata-se de algo mais profundo: o PT, para vencer nas regiões mais pobres, incorporou os procedimentos clássicos do patrimonialismo brasileiro, o clientelismo e o fisiologismo mais deslavados, uma total incoerência programática. E não se diga que foi apenas nas regiões pobres, o que torna a regressão mais grave: em todas as partes, e São Paulo outra vez comparece como prova, o lema do PT foi o de Deng Xiao Ping: não importa a cor dos aliados (gatos) o que importa é que comam votos (ratos). A novidade política dos anos oitenta foi digerida pelo insaciável estômago patrimonialista-autoritário formador da sociedade brasileira. Ao invés do programa modernista, antropofágico, reciclando e redefinindo com as cores brasileiras a modernidade de fora, o PT realizou um autêntico programa autofágico: comeu sua própria modernidade. ■

Francisco de Oliveira é professor de Sociologia da USP e coordenador do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania da USP (CENEDIC). É autor de *Os direitos do Anti-valor* (Vozes, 1998), entre outros.

Ao invés do programa modernista, antropofágico, o PT comeu a sua própria modernidade

A eleição dos novos gerentes

O marketing dizia que “o que é bom tem de continuar”; mas, o que há de bom nos nossos grandes aglomerados urbanos?

Luiz Marcos **Gomes**

Como na maior parte do país, as eleições em Minas Gerais foram extremamente despolitizadas. Em Belo Horizonte, por exemplo, Fernando Pimentel, o prefeito reeleito, não construiu sua campanha num contraponto ao governador Aécio Neves e à sua administração, que tem promovido um verdadeiro colapso do setor público. O marketing de Duda Mendonça apresentou Pimentel como “bom de serviço”, uma variante do “Marta faz bem feito”. E o principal mote da campanha foi “o que é bom tem de continuar”. Muitos se perguntavam o que de tão bom assim existe na capital mineira, com os índices de desemprego em torno dos 18% da população economicamente ativa, o que significa quase 400 mil pessoas desempregadas (dados da Fundação João Pinheiro/Dieese para a Região Metropolitana de Belo Horizonte) e com o crescente nível de violência social. Em maio passado, o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais revelou que o município de Belo Horizonte apresentou um crescimento maior da taxa de homicídios por 100 mil habitantes na década de 90 do que o da Região Sudeste e o do Brasil. Esta taxa foi de 69% para Belo Horizonte, contra 17% para Minas Gerais, 67% para o Sudeste e 54% para o país como um todo. Esta tendência estaria se confirmando na década iniciada em 2000, pois de acordo com a Secretaria de Estado de Defesa Social, o número de homicídios na cidade teria passado de 159, no primeiro trimestre de 2002, para 217 no mesmo período de 2003 e 257 em 2004, ou seja, um crescimento dos homicídios de 62% do primeiro trimestre de 2004 em relação ao primeiro trimestre de 2002. Isso atualmente significa mais de 20 homicídios por semana, para uma cidade considerada como “pacífica” até poucos anos atrás. A crise social e a deterioração urbana são visíveis em Belo Horizonte como, de resto, em quase todas as grandes cidades do país. Mas aqui, o prefeito se reelegeu com uma votação espetacular afirmando que “o que é bom tem de continuar”.

Sem variação Na verdade, as campanhas polarizadas pelos atuais partidos hegemônicos, PT e PSDB, não discutiram projetos diferentes e nem alternativas diferentes para as cidades, o estado e o país. Foram campanhas alinhadas ao “status quo”, sem diferenças qualitativas, destacando apenas supostas qualidades pessoais dos candidatos para gerenciar as cidades e captar recursos do governo federal e dos organismos internacionais como Bid e Banco Mundial. Na sua grande maioria, as campanhas esconderam a gran-

de crise social em que os centros urbanos estão mergulhados por anos de estagnação social e econômica, por anos de hegemonia neoliberal, ontem capitaneada pelo governo Fernando Henrique, hoje pelo governo Lula. Por isso, em que pesem diferentes circunstâncias eleitorais que marcaram suas campanhas, não há muita variação do que se propõem a fazer os prefeitos Fernando Pimentel (PT), em Belo Horizonte, César Maia (PFL) no Rio e José Serra (PSDB) em São Paulo. De onde se deduz, em termos gerais, que o que está ruim deve continuar.

Resultado em Minas O grande derrotado nas eleições em Minas foi o governador Aécio Neves e seu partido, o PSDB. Aécio continua brilhando nas páginas da revista *Caras* e no colunismo social dos jornais, que em passado recente registraram sua presença no casamento dos apresentadores de TV Angélica e Luciano Huck, no grande prêmio Brasil de Fórmula 1 e num banquete de mais de quinhentos talheres que promoveu na embaixada brasileira em Paris. Mas, nas urnas, o governador esteve mal. Não bastasse a derrota de seu candidato a prefeito em Belo Horizonte – seu ex-secretário e deputado estadual João Leite (PSB) – ainda no primeiro turno, para o candidato petista Fernando Pimentel, no segundo turno também perdeu em Contagem, o segundo maior colégio eleitoral de Minas, em Juiz de Fora e em Montes Claros. Das quatro cidades mineiras em que houve segundo turno, o governador mineiro só pode não se considerar derrotado

As campanhas esconderam a grande crise social em que nossas grandes cidades estão mergulhadas

em Uberlândia, em que o candidato do PP, deputado federal Odelmo Leão, venceu João Bittar, representando uma coligação liderada pelo PL. Em Juiz de Fora, o candidato de Aécio e do ex-presidente Itamar Franco, deputado federal Custódio Mattos (PSDB), amargou humilhante derrota frente a Alberto Bejani (PTB), que já foi prefeito da cidade. Das dez principais cidades de Minas, o PSDB só levou Betim, com a reeleição do prefeito Carlaile Pedrosa, e Governador Valadares, em que o deputado Bonifácio Mourão derrotou o prefeito João Fassarella (PT), que buscava a reeleição. No resto, foi um fiasco para Aécio Neves. Em Belo Horizonte, a queda vertiginosa de João Leite nas pesquisas coincidiu com a entrada do governador na campanha de TV: Fernando Pimentel acabou sendo eleito, no primeiro turno, com mais de 68% dos votos válidos. E, em Contagem, em que o governador chegou a participar pessoalmente de comícios do peessedebista Ademir Lucas, que tentava se reeleger,

este foi derrotado no segundo turno pela petista Marília Campos, quebrando um tradicional rodízio na direção da cidade entre forças ligadas a Ademir Lucas e ao ex-governador Newton Cardoso (PMDB). O PT, por sua vez, obteve nestas duas cidades suas grandes vitórias, qualificando sobretudo o atual prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, a jogar papel relevante no partido. Afinal, em todo Sul/Sudeste, Belo Horizonte e Vitória foram as únicas capitais em que o PT venceu as eleições.

A primeira consequência destes resultados é o enfraquecimento do PSDB mineiro e de Aécio Neves, sobretudo perante a vitória de José Serra em São Paulo, em que a participação do governador Geraldo Alckmin foi decisiva. Em Minas, o PSDB tem um perfil muito mais atrasado do que em São Paulo, haja vista a incapacidade total de a campanha de João

Leite deflagrar na cidade um debate que lhe fosse favorável, aproveitando o fato de ele ter largado na frente, segundo todas as pesquisas. Campanha, diga-se de passagem, coordenada diretamente pelo Palácio da Liberdade. Evidentemente, os próceres do governador cantam vitória, dizendo que o PSDB venceu em 150 municípios, representando mais de 15% do eleitorado.

A segunda consequência é o crescimento do PT em Minas, vencendo em mais de 85 cidades (cerca de 23% do eleitorado), e o fortalecimento da figura de Fernando Pimentel, tanto pela expressiva vitória eleitoral obtida em Belo Horizonte como por ela ter sido uma exceção para o PT do presidente Lula. ■

Luiz Marcos Gomes é jornalista e economista. É autor de *Os Homens do Presidente* (Viramundo, 2000).

A tragédia que nos ameaça

A política foi despolitizada, reduzida a doses cavalares de marketing. O PT e os outros esforçam-se por adaptar-se ao que parece ser, conforme as onipresentes e minuciosas pesquisas de opinião

César **Benjamin**

O governo Lula é prisioneiro de impasses profundos, dos quais não se libertará. Suas ações e omissões têm agravado, em curto período de tempo, todos os nossos dilemas. Caminha para um fracasso de grandes dimensões.

Há uma tragédia em curso no Brasil, e ela, por enquanto, nos confunde e nos paralisa. Pois a política – o nosso instrumento da mudança – foi despolitizada, reduzida a doses cavalares de marketing e a um conjunto de pequenos arranjos, muitos dos quais bastante suspeitos, tudo a serviço da conquista e da preservação de posições de poder. Nada mais há de libertário nela. Nenhum impulso de superação do que existe. Nenhuma ligação com fins e valores. Passada a eleição, discute-se agora se Marta ganhará a embaixada em Paris, quem “se cacifou” para a próxima disputa, qual dos gaúchos vai perder vaga no ministério, como encontrar cargos suficientes para acomodar tanta gente e coisas assim tão transcendentais, enquanto Lula diz platitudes, passeia com sua cadela, vai ao cineminha do palácio e aguarda a chegada do novo avião. Na economia, tudo vai bem, pois os bancos e o agronegócio vão bem. O povo tenta sobreviver.

Precisaremos reinventar a política. Os partidos operários modernizaram a política européia ainda no século XIX. Ampliaram os limites das hesitantes democracias de então, forçando os conservadores a se adaptar. No Brasil, em pleno século XXI, o PT no poder rebaixou os ideais republicanos – já não digo socialistas – ao nível de um jogo circense que instrumentaliza a nossa democracia, igualmente hesitante, para a pequenar-la. A política confirma-se como um espaço de competição entre grupos de profissionais que, ao buscarem seus interesses, concorrendo entre si, acabam por construir uma situação de eterno equilíbrio flutuante, por meio da manipulação periódica dos desejos de eleitores-consumidores. É, como se vê, uma variante do mercado. Não há mais projetos de sociedade em disputa. Não há espaços para

que o povo apareça como protagonista e reivindique para si a construção de seu próprio futuro. Discute-se, no máximo, quem administra melhor o que aí está.

Futuro como continuação do presente Nesse contexto, os políticos – os do PT e os outros – esforçam-se por adaptar-se ao que a sociedade é, ou parece ser, conforme lhes informam as onipresentes e minuciosas pesquisas de opinião. Não aceitam correr o risco de pensar no que ela não é, nem parece ser, mas pode vir a ser. São incapazes de despertar qualidades novas que estejam latentes. E ficam iguais. O futuro que resulta do somatório dessas ações da pequena política, dessas sucessivas operações de curto prazo, tendo sempre em vista a próxima eleição, esse futuro – o único admitido pelo jogo institucional atual – é apenas o prolongamento do presente. Não contém o caráter novo de um verdadeiro futuro. Consolida-se assim, pois agora sem oposição, o status quo que tem origem na contra-reforma conservadora da década de 1990. Os porta-vozes da burguesia exultam diante de tanta maturidade.

Tivemos, ao longo da história, muitos tipos de esquerda. Pela primeira vez, temos agora uma esquerda de negócios. Pois, tendo destruído a militância, o que Lula e o PT necessitam cada vez mais – mídia e dinheiro – só a classe dominante pode lhes dar. Pela palavra de suas principais lideranças e pela sua prática, o PT já não esconde sua condição de partido tradicional, integrado política e moralmente à ordem em vigor. Entre perdas e ganhos, firmou posições no espectro da política institucional, cada vez mais divorciada do país real, mas não mais poderá ser o eixo de gravitação de uma proposta transformadora, mesmo reformista, que pretenda ser séria.

Estamos assistindo, pois, ao fim de um ciclo na existência da esquerda brasileira, com o colapso político e moral de sua força

hegemônica. Este ciclo acabou porque: (a) a interpretação que o PT tem sobre a crise do nosso país – que seria superada com uma retomada do crescimento econômico – está fundamentalmente errada; (b) o programa liberal e conservador do governo Lula, ao fortalecer as forças do capital contra as forças do trabalho, agrava a velha crise, em vez de abrir um período novo; (c) o tipo de prática que o PT propõe aos seus filiados – integrar-se cada vez mais às instituições do Estado, construindo carreiras políticas individuais – perpetua e aprofunda o impasse da esquerda; (d) a relação do PT com o povo – desmobilizadora e mistificadora – já permite classificá-lo como um partido conservador; (e) permeado por interesses menores de todo tipo, ele não é mais capaz de reformar-se e abandonar esse caminho falso.

Mais do mesmo Engana-se quem ainda espera que da cartola de Lula surja algo novo. O neoliberalismo do seu governo não é uma política. É uma ideologia. Como todas as outras, não deixa porta de saída. Só produz mais do mesmo, e esse mesmo é pura mesmice. É preciso compreender bem esse ponto, para que não haja ilusões. No imaginário neoliberal, o mercado é o espaço de interação de incontáveis agentes, sem que nenhum deles possa, sozinho ou em grupo, controlar os processos de troca a ponto de impor os seus próprios fins aos demais. Ao governo, nessa visão, cabe cuidar apenas de preservar certas condições macroeconômicas que permitam o mercado operar. Fora do âmbito da empresa individual, essa escola de pensamento é hostil a qualquer idéia de metas, pois a busca de metas democraticamente definidas exige uma intervenção consciente nos processos econômicos e sociais, em nome de um futuro pensado, desejado, imaginado, concertado, e não produzido por aquela cega interação mercantil.

Quando se apresentam como representantes do futuro, os neoliberais nos vendem uma mercadoria que não podem entregar, pois eles mesmos não têm meios de saber a qual futuro se referem. A alocação dos recursos será ótima – eles dizem – se for produzida pelo livre mercado, simplesmente porque o livre mercado produz uma alocação qualquer, desconhecida, considerada ótima por critérios internos à própria teoria que o glorifica. Se essa alocação ótima produzirá bem-estar, não se sabe. Isso, aliás, não tem a menor importância.

Ora, se permanece indefinida a imagem do futuro que se deseja atingir, inexistem pontos de referência que permitam uma avaliação rigorosa dos processos reais. Diante de qualquer dificuldade, o pensamento neoliberal consegue acionar uma saída de emergência com a incessante repetição de que é preciso esperar mais e insistir mais, dobrando a aposta quando necessário, pois – eis aí o verdadeiro problema – “o modelo ainda não foi completamente implantado”. Há anos ouvimos isso, aqui e alhures, e não sem razões. Pois, sendo o livre mercado apenas um tipo ideal, incapaz de organizar efetivamente o conjunto da vida social, então, por definição, a implantação



do modelo neoliberal está sempre incompleta. Cria-se um discurso que, como os demais discursos ideológicos, externaliza suas dificuldades. Não depende do confronto com uma realidade que lhe seja exterior, já que abriga em si condições suficientes para legitimar-se em qualquer circunstância. Os fracassos o fortalecem, pois ele sempre conta com uma poderosa fuga para a frente: “Isso e aquilo estão atrapalhando o mercado.” O argumento pode ser repetido ad infinitum, pois sempre haverá instituições e práticas, formais ou informais, que “atrapalham” o mercado. Como a vida das pessoas não pode ser reduzida a operações de compra e venda, qualquer sociedade organizada transcende muito o mercado, qualquer uma contém, e reproduz, e recria, inúmeras instâncias não mercantis. Elas sempre serão as culpadas.

As deficiências do projeto neoliberal conduzem seus defensores à inevitável conclusão de que é preciso aprofundar esse mesmo projeto. A incapacidade de realizar-se é, simultaneamente, uma fraqueza do modelo, no plano da realidade, e uma fonte de seu vigor, no plano de ideologia.

Mantém-se em ação um moto-perpétuo típico dos pensamentos dogmáticos que não reconhecem nenhuma autoridade fora de si. É isso o que explica a agenda anunciada pelo governo Lula para o próximo ano, em retilínea continuidade com o que já foi feito: reforma das leis trabalhistas, autonomia legal para o Banco Central, negociações para a Alca... Falta tanta coisa

a fazer – sempre faltará! –, até que o mercado possa, enfim, nos redimir. Já se foram dois anos, de quatro, do mandato popular... É o caminho sem volta que o governo Lula trilha alegremente, com uma radicalidade típica de cristão-novo, recém-convertido. Está brincando com fogo. Todos pressentem que a desigualdade social e a dependência externa vêm se tornando dramáticas, colocando em risco a nossa existência como sociedade organiza-

O governo Lula trilha um caminho sem volta, alegremente, com a radicalidade de um cristão recém-convertido

da e nação soberana. Ninguém se iluda: apesar de tanta “maturidade” na política institucional, a sociedade brasileira está longe de ter encontrado um equilíbrio estável. Essas multidões concentradas em grandes cidades, com acesso à informação e sem alternativas dentro do sistema atual são – em tamanha escala – um fenômeno novo em nossa história. É cedo para dizer como vão comportar-se quando perceberem que foram traídas de novo. Considerada em perspectiva histórica, a Revolução Brasileira amadureceu, embora as condições políticas para realizá-la

não tenham sido construídas.

Quando o velho já morreu e o novo não nasceu, é tempo de muita incerteza. Como força transformadora, o PT já deixou de existir (a brava Luizianne é a exceção dessa regra). Nossa tarefa, agora e por muito tempo, é refundar a esquerda para refundar o Brasil. Antes que seja tarde demais. ■

César Benjamin é economista, autor de *A opção brasileira* (Contraponto, 1998, nona edição) e *Bom combate* (Contraponto, 2004). Integra o *Movimento Consulta Popular*

“A esquerda cresceu”

Aldo Rebelo, ministro da Articulação Política, analisa as eleições e os rumos do governo Lula em entrevista a REPORTAGEM

Ex-presidente da União Nacional dos Estudantes, vice-presidente do PCdoB, o ministro da Articulação Política do governo Lula, Aldo Rebelo, é um mestre na arte de conciliar forças contrárias. O melhor exemplo talvez tenha sido o apoio que angariou, nas eleições de 2002, para deputado federal por São Paulo, da Gaviões da Fiel, a torcida organizada do Corinthians, o principal adversário de seu time, o Palmeiras. Bem humorado, Aldo recebeu REPORTAGEM em seu apartamento, em Brasília, num café-da-manhã, três dias antes do segundo turno das eleições municipais. Além de um autêntico cuscuz nordestino, o cardápio incluiu um balanço do desempenho das esquerdas nas eleições e o governo Lula. **[Antônio Carlos Queiroz]**

Como as esquerdas saem desta eleição?

ALDO REBELO Elas saem fortalecidas, ampliam presença política e influência eleitoral. O PT cresceu e passará a governar um maior número de cidades, independentemente do que venha a acontecer em São Paulo e Porto Alegre. O PCdoB também teve um crescimento importante, mesmo considerando o resultado de Fortaleza. A reeleição da prefeita do PCdoB em Olinda foi muito importante, porque aí já não se trata de uma experiência, mas da renovação do mandato de quatro anos da prefeita Luciana. O PSB também teve um desempenho muito bom. O PDT também.

O PT se aliou em dezenas de cidades com o PSDB e com partidos de direita. O que justificaria essas alianças. Teria havido alguma mudança de conjuntura?

REBELO Esse tipo de aliança tem explicação de caráter regional ou local. Não creio que haja uma explicação nacional. São situações conjunturais. E em nenhuma capital essa aliança (com a direita) ocorreu.

E a situação do Lindberg Farias, candidato pelo PT a prefeito de Nova Iguaçu, que recebeu o apoio do prefeito do Rio, César Maia, do PFL?

REBELO Ali foi também uma circunstância muito particular. A aliança que se consolidou foi entre o PT, o PSB, o PDT e o PCdoB. Quando o César Maia viu a possibilidade de derrotar o Garotinho, percebeu que era mais fácil apoiar a candidatura de Lindberg do que lançar candidatura própria. Aquela aliança foi feita com a presença do PFL, mas todos nós estávamos ali. Eu estive no lançamento da candidatura do Lindberg e não tinha

ninguém do PFL. Quem estava lá, aliás, era a esquerda do PT, o Vladimir Palmeira, o Chico Alencar, estava o Arlindo Chinaglia, estava eu. Nós é que fizemos o movimento para lançar a candidatura do Lindberg. O PFL entrou ali como quem diz “tem uma confusão aqui e eu estou no meio”. Depois, com a participação do César Maia numa atividade de campanha, houve uma repercussão, mas que não teve tanto peso. A candidatura do Lindberg foi organizada por nós.

No caso do Rio, houve uma grande divisão da esquerda, a Jandira Feghalli do PCdoB de um lado, o PT de outro...

REBELO Houve mesmo: a Jandira de um lado, o PT do outro, o PDT do outro, o PSB do outro, foi uma coisa meio completa, viu!, o PPS de outro lado. A divisão ali foi uma obra de arte, burilada nos mínimos detalhes! (risos)

E em Fortaleza, parece que não houve tanto apoio oficial ao Inácio Arruda, do PCdoB...

REBELO Coisa nenhuma! O apoio oficial foi para a candidata do PT.

Mas por que se alegou que o governo estava com o Arruda?

REBELO Porque isso ajudava a derrotar a Arruda e ajudava a transformá-la (a candidata do PT) em vítima. Houve, é claro, o apoio solidário do ministro José Dirceu ao Inácio. Mas o que ia para a televisão, como apoio do governo, era o depoimento do João Paulo, presidente da Câmara; o depoimento da Marina, ministra; o depoimento do Patrus, ministro; o depoimento do Tarso Genro, ministro; o depoimento do Miguel Rossetto, ministro. Ou seja, esses ministros do governo é que apareciam na televisão dando apoio à Luizianne, com um tempo muito maior do que o do Inácio. E o Inácio era atacado pela Luizianne, pelo candidato do PFL, pelo candidato do PSDB, e pelos chamados candidatos de aluguel. E logo depois, o prefeito de Fortaleza, do PMDB, o primeiro a declarar apoio à Luizianne, deu uma declaração ao jornal, dizendo que tinha acertado o seguinte com o Tasso Jereissati: que o Tasso atacaria o “grândão do PFL”, que era o Moroni; e que ele, Juracy, atacaria o “desdentado”, a forma como ele se refere ao Inácio. Isso, naturalmente, abriu espaço para que a candidatura do PT crescesse.

Outra questão a se analisar nestas eleições são as opções à esquerda. Surgiu o PSOL, com um programa de resgate do programa original do PT; surgiu em Belo Horizonte um movi-

mento do chamado "voto crítico". Em São Paulo surgiu também um movimento do "voto crítico", liderado por Plínio de Arruda Sampaio, pelo filósofo Paulo Arantes, o sociólogo Chico de Oliveira...

REBELO Esses movimentos fazem parte da tradição da luta de idéias no Brasil. Sempre que você tem um governo de coalizão, com caráter progressista, surgem contestações à esquerda desse governo. Isso aconteceu, por exemplo, na época do governo João Goulart. Isso expressa o espectro da luta política, da luta social, da luta de idéias. Eu vejo isso como uma coisa natural. Não concordo, naturalmente, acho que é uma forma errada de fazer a crítica ao governo. Mas, de qualquer jeito, está aí presente.

Nós estamos às vésperas de uma nova tentativa de reforma política, reforma partidária. Parece que o ministro José Dirceu defende a idéia de consolidar no País a existência de poucos partidos. Dentro dessa fórmula, o PCdoB acabaria se transformando numa sublegenda do PT. Em contraposição a essa tendência, você tem defendido a formação de blocos partidários. Como funcionariam?

REBELO É uma ilusão imaginar que o Brasil vai retornar ao sistema do bipartidarismo. Essa foi a experiência do Império, foi a experiência da República Velha, foi a experiência do período de redemocratização depois do Getúlio e foi a experiência do regime militar. E essa experiência fracassou. Não há como se conter a vida democrática do País no leito de dois partidos. Vejo essa tendência com a tentativa de se dizer que a eleição foi polarizada entre o PSDB e o PT. Mas isso é uma falsidade, não houve essa polarização. O PT foi bem votado, numa votação mais bem distribuída pelo País. O PSDB foi bem votado, com uma votação mais concentrada em São Paulo, mais regionalizada, tipo aquele voto do Adhemar de Barros, que tinha muito voto em São Paulo e pouco voto fora de São Paulo. E os outros partidos também tiveram a sua expressão. Basta examinar o número de votos alcançados pelo PDT, pelo PSB, pelo PPS. Então eu acho que a reforma partidária tem que buscar o caminho democrático. Ou seja, facilitar a vida dos partidos que se constituem como correntes políticas baseadas em programas, em doutrinas, em pensamentos próprios sobre o País e a sociedade brasileira. E, ao mesmo tempo, estimular a consolidação desses partidos, para evitar que haja no País o abuso de legendas que se prestam a determinados papéis nas eleições. Diante disso, já há uma situação de fato, que é a cláusula de barreira de 5%, difícil de ser alcançada por esses partidos. Eles vão procurar alterar essa cláusula, mas, se não conseguirem, terão que buscar a constituição de blocos, de frentes partidárias. A cláusula de barreira é curiosa: ela não se aplica ao mercado. Imagine se você retirasse de circulação qualquer mercadoria que não tivesse 5% do mercado! (Risos) Imagine se você retirasse de circulação um jornal que não tivesse 5% dos leitores, ou um programa de televisão que não tivesse 5% da audiência. A cláusula de barreira é uma coisa meio estranha, aplicada onde deveria ser absoluta a vontade do cidadão, que é o eleitor. A não ser que se prove que o consumidor é mais importante do que o eleitor. De qualquer jeito, os partidos devem procurar se preservar, e um dos caminhos é a constituição de federações, de frentes ou de blocos partidários.

Nesse caso, o PCdoB se alia com quem?

REBELO Já está marcada uma reunião com o PT, o PSB, o PDT, o PPS e o PV. Os líderes desses partidos na Câmara já estão se reunindo para tratar desse assunto.

Para terminar, uma pergunta sobre o caráter do governo Lula. Como diria Francelino Pereira, que governo é este? No início, se dizia que era um governo de centro-esquerda, mas, com o andar da carruagem...

REBELO Este é um governo de coalizão, um governo de forças heterogêneas, um governo de frente. No Brasil nós tivemos algo parecido desde a expulsão dos holandeses lá de Pernambuco, quando os índios de Felipe Camarão, os negros de Henrique Dias e os mestiços e brancos de André Vidal de Negreiros e outros se uniram para expulsar os holandeses. Nós tivemos uma frente heterogênea na jornada da Independência: tinha ali um certo centro, com José Bonifácio, tinha uma ala da Casa de Bragança, e setores mais radicalizados, com Cipriano Barata, Gonçalves Ledo e outros. Você teve isso também na Abolição também, na República, em 30 e novamente na redemocratização do País, com Tancredo, Sarney, PCdoB, setores do PT e outros. E depois, tivemos a mesma experiência na jornada do impedimento do presidente Collor. O que é preciso olhar no governo são os seus objetivos, se ele se move para ampliar a democratização do País, ampliar os direitos sociais do povo brasileiro, retomar o crescimento da economia, ampliar a nossa esfera de autonomia nacional, de independência na política externa, que promova o Brasil no cenário internacional cheio de dificuldades. E é isso que o governo Lula procura fazer com as alianças que são possíveis.

Nós conhecemos a sua posição, já antiga, de dar grande ênfase à questão nacional... Ocorre que o governo de Fernando Henrique também era um governo de coalizão desse tipo. Mas se a questão nacional é a mais relevante, e não houve grandes mudanças nos últimos dois anos, cadê a questão nacional, por exemplo, na política econômica?

REBELO Mas houve mudanças na política econômica.

Para pior!

REBELO De forma nenhuma! Ampliamos o nível de nossas exportações, ampliamos as nossas reservas, diminuímos a dependência de títulos cambiais, reduzimos o percentual de mais de 40% de nossa dívida pública que era dolarizada. A parte dolarizada é muito menor hoje, se situa em 15%, 14%. O Brasil não vive mais da atração dos dólares, que era a política do Fernando Henrique, de endividar o País em dólares, gerar déficits na balança comercial. Isso ficou para trás. Nós geramos no primeiro ano do governo do presidente Lula um superávit comercial maior do que o dos oito anos do governo Fernando Henrique. Fizemos ainda um esforço grande para diminuir a taxa de juros. Ela ainda é elevada? É, mas é de se notar que é a menor dos últimos 14 anos.

Também não houve nenhum espetáculo de crescimento...

REBELO Não é ainda um espetáculo, mas já temos um ensaio. A orquestra ainda não está se apresentando ao grande público...

Enfim, sendo este um governo de coalizão, ele é ou não de centro-esquerda?

REBELO Não, porque há forças de esquerda, de centro-esquerda e outras forças que o integram. ■